



Estudo internacional para fortalecer a governança pública

Analizando-se as perspectivas do gasto público no Brasil, tanto do ponto de vista do ‘quanto’ se gasta, quanto do ‘com o que’ se gasta, notam-se pontos de avanços e oportunidades de melhorias. Apesar de a credibilidade fiscal sujeitar-se a manobras contábeis, o País obteve progressos no que diz respeito ao controle das despesas, a exemplo

do alcance das metas do governo e do superavit primário alcançado desde 1999. Com relação à qualidade do gasto público, ainda que as contas se mostrem equilibradas, a entrega de serviços públicos está aquém do esperado para atender às necessidades da população.

Além disso, o Tribunal de Contas da União tem percebido a repetição de problemas encontra-

dos nas fiscalizações realizadas. “Falhas nos projetos básicos e executivos, nas licitações e contratos firmados e nos estudos ambientais, são exemplos que se repetem ano após ano. Por isso, é preciso atuar nas causas desses entraves, para que a nossa atuação gere melhores resultados”, defende o presidente do TCU, ministro Augusto Nardes.



Na busca de caminhos para reversão do quadro acima apresentado, por meio do trabalho de auditoria e aconselhamento, e sob uma perspectiva de abordagem estruturante, com vistas a atuar nas causas das dificuldades, o Tribunal de Contas da União firmou parceria com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), para a reali-

zação de um estudo internacional sobre governança pública.

A OCDE é uma organização internacional formada por 34 países que busca fornecer uma plataforma para comparar políticas econômicas, solucionar problemas comuns e coordenar políticas domésticas e internacionais. A organização é conhecida, também, por manter um diálogo político, no intuito de partilhar opiniões sobre quais são as melhores práticas a seguir.

O acordo de cooperação, assinado no dia 8 de outubro, na sede do TCU, em Brasília, prevê a realização do estudo “Fortalecimento da Governança Pública: Boas Práticas e o Papel das Entidades de Fiscalização Superior”. Além do TCU, 12 EFS irão participar, entre elas, o Tribunal de Contas da União Europeia e as EFS da África do Sul, Canadá, Chile, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Holanda, Índia, México, Polônia e Portugal.

O foco será analisar a governança das políticas públicas nos países que são referência para identificar e disseminar boas práticas que podem ser adotadas no Brasil, em todas as esferas do poder público e em outros países.

Segundo Augusto Nardes, esse trabalho, com duração prevista de aproximadamente 40 meses, no período de 2013 a 2016, representa para o TCU mais um passo para fortalecimento da governança pública, a qual pode ser analisada sob as perspectivas da Sociedade e Estado, entes federativos, esferas de poder, órgãos e entidades, funções intraorganizacionais e políticas públicas. O estudo será voltado a órgãos centrais do governo (TCU, Câmara dos Deputados, Senado Federal, Casa Civil, Ministérios da Fazenda, do Planejamento Orçamento e Gestão e Controladoria-Geral da União).

A escolha dos órgãos que participarão do estudo se deu em razão de atores-chave na estruturação da governança dos sistemas relacionados aos três momentos fundamentais do ciclo de políticas públicas: formulação; implementação; monitoramento e avaliação de políticas públicas. “Esse recorte, no entanto, não deve ser interpretado como limitação da atuação do TCU em relação a órgãos setoriais executores de políticas públicas”, pondera o auditor do TCU e coordenador da equipe técnica do projeto, Paulo Roberto Simões Bijus.

ETAPAS DO ESTUDO TCU-OCDE

O estudo se desdobrará em quatro fases: desenvolvimento de estrutura analítica sobre governança pública, boas práticas e papel das EFS; levantamento de práticas comparativas com base na análise da fase anterior; aprofundamento do estudo para o caso brasileiro e discutir o papel do TCU para fortalecimento da governança pública; lançamento e disseminação do estudo.

Além de identificar analisar e disseminar boas práticas de governança, entre os benefícios esperados do estudo destaca-se mostrar aspectos de governança a serem priorizados e aprimorados em países envolvidos no estudo; auxiliar no processo de formulação de políticas públicas; e, principalmente, identificar as boas práticas de controle externo relacionadas ao fortalecimento da governança do ciclo de políticas públicas. “Além disso, na medida em que reúne os trabalhos das EFS, o estudo contribuirá de modo proativo para o clima geral de confiança e governança de um país”, conclui Augusto Nardes.